

Consulta aos Cidadãos Europeus 2009

**O que pode a UE fazer para
moldar o seu futuro
económico e social?**

**Resultados das Consultas aos
Cidadãos Europeus**

11 de Maio de 2009



**European Citizens'
Consultations**

The economic and social future of Europe



**European Citizens'
Consultations**

The economic and social future of Europe



Sobre a CCE 2009

A Consulta aos Cidadãos Europeus (CCE 2009) reúne cidadãos dos 27 Estados Membros, em antecipação às eleições para o Parlamento Europeu de 2009, procurando responder à questão:

“O que pode a UE fazer para moldar o seu futuro económico e social num mundo globalizado?”

O Debate *Online*

A primeira fase do projecto CCE 2009 foi marcada pelo lançamento de um debate *online* pan-europeu. Todos os cidadãos foram convidados a participar no debate *online* e a fazer propostas sobre o nosso futuro económico e social, desde o dia 3 de Dezembro de 2008 até Março de 2009. Estas propostas foram inseridas directamente na Consulta aos Cidadãos Europeus em Portugal como temas de debate.

27 Conferências Idênticas

As 27 Consultas aos Cidadãos Europeus contaram com a presença de 1,500 cidadãos seleccionados aleatoriamente por métodos profissionais de investigação de opinião pública, reflectindo a composição demográfica do seu país. Estas conferências idênticas, organizadas em simultâneo ao longo de três fins-de-semana, são a actividade central do processo da CCE 2009, permitindo aos cidadãos discutir, entre si e com decisores políticos chave, a nível nacional e europeu, recomendações sobre o futuro económico e social europeu. A CCE não tem uma abordagem homogeneizadora. Apesar de todas as Consultas seguirem o mesmo formato base, variando o número de participantes entre os 30 e os 100, consoante a população de cada país. No segundo dia, os cidadãos têm uma oportunidade única de debater as suas recomendações em antecipação das Eleições para o Parlamento Europeu – com Eurodeputados nacionais.

A Cimeira dos Cidadãos Europeus

Os resultados de todas estas deliberações nacionais foram, pouco depois da última ronda de consultas nos Estados membros, compilados de forma a criar uma perspectiva europeia das recomendações nacionais propostas. Este documento abrangente com as principais 10 recomendações reunidas nos 27 Estados membros foi publicamente debatido *online*, e as quinze recomendações finais seleccionadas pelos cidadãos envolvidos nos processos de consulta a nível nacional.

Estas 15 recomendações europeias constituíram a base da Cimeira dos Cidadãos Europeus, em que participaram 150 cidadãos envolvidos nas 27 consultas nacionais, e que teve lugar em Bruxelas, nos dias 10 e 11 de Maio de 2009. Na Cimeira, os cidadãos finalizaram o conjunto de recomendações europeias e discutiram-nas com decisores políticos a nível europeu, incluindo os representantes máximos das instituições da UE e os líderes dos partidos políticos europeus.



Consulta aos Cidadãos Europeus

O Futuro Económico e Social da Europa

Debates regionais de follow-up

As recomendações dos cidadãos serão discutidas com os membros do Parlamento Europeu eleitos em Junho próximo, e com outros líderes de opinião, em conferências regionais que terão lugar no Outono de 2009, em 5 Estados membros diferentes. Um encontro final terá também lugar em Bruxelas, com o objectivo de discutir os resultados e ideias avançadas com um grupo de decisores políticos, jornalistas e *stakeholders* baseados em Bruxelas. Os resultados destas discussões serão ainda divulgados junto da nova Comissão Europeia, assim que esta iniciar o seu mandato.

Parceiros

As Consultas aos Cidadãos Europeus são organizadas por um grupo de organizações independentes sem fins lucrativos, incluindo ONG, universidades e *think tanks* de todos os Estados Membros, liderado pela Fundação Rei Balduíno (Bélgica). A CCE 2009 é co-financiada pela Comissão Europeia ao abrigo do seu programa “Debater a Europa” e a Fundação Rei Balduíno, Compagnia di San Paolo, Robert Bosch Stiftung, ING e outras fundações que apoiam actividades a nível nacional.



Preocupações europeias

Quando perguntados sobre as suas preocupações quanto ao futuro económico e social da Europa, os 1605 cidadãos envolvidos nos processos de consulta que tiveram lugar em cada Estado membro avançaram um conjunto alargado de temas:

Em 26 consultas, preocupações sobre a situação social na Europa foram discutidas. As preocupações avançadas incluíram as consequências das alterações demográficas, os problemas que os actuais sistemas de saúde comportam, receio com o declínio dos padrões de vida e a fraca protecção social dos mais vulneráveis.

Em 25 consultas, os cidadãos demonstraram estar seriamente preocupados com a crise económica e financeira e com as consequências que esta acarreta para a competitividade da UE, levando, muito provavelmente, a um agravamento da pobreza e do desemprego. Especialmente nos novos Estados membros, os cidadãos revelaram-se receosos quando ao aumento do proteccionismo dos mercados de trabalho no espaço europeu.

Em 22 consultas, os participantes discutiram problemas relacionados com o fornecimento de energia limpa, com a segurança energética future e com a disponibilidade de recursos naturais num futuro próximo.

Em 21 consultas, o défice democrático, a falta de transparência e a pesada carga burocrática das instituições europeias constituiu uma preocupação para os cidadãos. A corrupção nos Estados membros e a utilização ineficaz dos fundos europeus disponibilizados foram também assuntos mencionados.

Em 16 consultas, os temas ambientais, tais como a poluição do ar, da água, do solo e a gestão de resíduos foram também mencionados como preocupação.

Em 15 consultas, os cidadãos revelaram-se preocupados com a baixa qualidade dos sistemas de ensino e com a falta de recursos afectos ao sector.

Em 13 consultas, os participantes assumiram preocupações com a migração na União Europeia, com o facto de não haver uma distribuição equilibrada pelos vários Estados membros dos cidadãos que obtêm estatuto de asilo, e com um incremento de sentimentos de racismo e xenofobia em direcção aos migrantes.

Em 10 consultas, a situação da segurança na Europa foi também mencionada pelos cidadãos.

Em 10 consultas, os participantes mostraram-se preocupados com o futuro incerto da agricultura, nomeadamente com a perda das tradições agrícolas e com o impacto ambiental das actividades agrícolas actuais.



Recomendações europeias

Com alguma informação adicional trabalhada pelos participantes da **Cimeira dos Cidadãos Europeus de 10 de Maio** indicada em *itálico* abaixo de cada recomendação.

Nº.	Recomendação	Votos
1	<p>A UE deve esforçar-se por reduzir os factores que contribuem para o aquecimento global e diminuir gradualmente o recurso aos combustíveis fósseis, através da promoção da energia renovável hidráulica, solar, eólica e à base de hidrogénio e de resíduos industriais. Os Estados membros devem cooperar e desenvolver fontes de energia com base nas condições existentes a nível nacional e regional. Esta abordagem inclui a produção descentralizada de energia, a auto-suficiência energética das regiões e comunidades, assim como a utilização de instrumentos económicos e incentivos para uma investigação coordenada a nível internacional.</p> <p><i>As alterações climáticas estão a acontecer a um ritmo mais acelerado do que o esperado. A UE ainda depende demasiado dos seus vizinhos do ponto de vista energético. De forma a resolver o problema, a gerar benefícios económicos e assegurar o futuro das próximas gerações, é necessário recentrar a atenção neste tema, investir mais e procurar assumir uma liderança global no assunto. É possível fazê-lo, portanto deve ser feito.</i></p>	419
2	<p>A UE deve intensificar os seus esforços no sentido de estabelecer um sistema de saúde comunitário, baseado nos conhecimentos provenientes dos países que possuem os sistemas mais eficazes. Em conjunto com os Estados membros, deve implementar um padrão básico de cuidados de saúde para cada cidadão da UE. Deve existir uma supervisão centralizada das disposições e normas. Deve ser desenvolvido e implementado um mecanismo independente para o reconhecimento em toda a UE de qualificações para médicos e profissionais de saúde.</p> <p><i>Todos os cidadãos europeus devem ter o mesmo direito a sistemas e cuidados de saúde decentes. Os pacientes devem poder receber tratamento em qualquer Estado membro em que se encontrem. A investigação e a criação de bases de dados a nível europeu são essenciais e, tal como a troca de boas práticas, podem melhorar os sistemas de saúde em toda a Europa.</i></p>	339
3	<p>A UE deve criar condições e regras de trabalho iguais para todos os cidadãos da UE com base num Código do Trabalho harmonizado, que vise normalizar as condições de trabalho para trabalhadores e os direitos e obrigações para os empregadores. Este código deve incluir o direito a salários e horários de trabalho decentes, bem</p>	333



O Futuro Económico e Social da Europa

como o princípio de salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres e trabalhadores provenientes de outros Estados membros da UE.

Esta recomendação é importante porque aponta uma possibilidade de resolução das diferenças significativas dos padrões de vida entre Estados membros. A sua implementação levará a melhorias na qualidade de vida e trará benefícios económicos alargados aos trabalhadores e suas famílias. Permitirá manter as empresas na UE, ao mesmo tempo que permite aos trabalhadores a circulação livre no Mercado de trabalho europeu e os proteger de abusos por parte dos empregadores.

- 4 A UE deve harmonizar os sistemas europeus de educação e formação introduzindo critérios e normas comuns para os diferentes níveis de educação reconhecidos em todos os Estados membros. Tais medidas devem abranger um mecanismo que facilite a mobilidade de estudantes do ensino secundário e superior dentro da Europa, bem como a uniformização dos processos de admissão, exames e avaliações.

306

Simplificar os sistemas de educação e formação profissional facilitará o acesso dos cidadãos europeus aos mesmos. Aumenta a vantagem competitiva dos trabalhadores europeus e torna-os mais flexíveis na adaptação às transformações económicas. Permite aos europeus exercer o seu direito de circulação livre e proporciona excelentes oportunidades para o intercâmbio de ideias, conhecimento e boas práticas.

- 5 A UE deve criar incentivos para evitar que os produtores se desloquem para países com salários mais baixos. A UE deve aplicar sanções a todas as empresas que tenham beneficiado de financiamento e subsídios da UE e que se desloquem para fora da União Europeia. Para o efeito, deve exigir o reembolso de subsídios públicos concedidos a estas empresas e introduzir impostos para financiar planos sociais.

305

No sentido de inverter a tendência do aumento do desemprego, a Europa deve combater a concorrência desleal no Mercado de trabalho, de modo a que os trabalhadores europeus aumentem as hipóteses de manter os seus empregos. Incentivos podem atrair mais empresas e investidores e fazer-lhes sentir-se co-responsáveis pelo bem-estar dos cidadãos europeus.

- 6 A UE deve garantir que a agricultura não tem efeitos nocivos para a saúde e o ambiente, bem como incentivar a auto-suficiência alimentar. Para tal, deve promover práticas agrícolas sustentáveis, tais como a agricultura biológica, a produção local de géneros alimentícios, a utilização reduzida de fertilizantes e de pesticidas. Os OGM

300



O Futuro Económico e Social da Europa

devem ser proibidos, excepto para fins medicinais.

Uma agricultura saudável para uma alimentação saudável é fundamental. Os solos precisam de ser protegidos, de forma a garantir o sustento das gerações futuras. A protecção dos recursos naturais é fundamental se queremos que a agricultura desempenhe um papel importante na economia, e de forma a evitar que a Europa dependa de parceiros para se abastecer de alimentos básicos.

- 7 A Comissão Europeia deve apresentar propostas legislativas destinadas a combater as desigualdades sociais e criar condições para uma convergência dos sistemas de segurança social em todos os Estados membros. Essas propostas poderiam incidir sobre os salários e pensões e estabelecer limites mínimos e máximos para as prestações sociais. A UE deve criar um mecanismo para monitorizar as políticas sociais dos Estados membros e, se necessário, deve emitir recomendações vinculativas aos Estados membros, a fim de garantir que a UE se aproxima de um sistema social comunitário.

296

Alguns países da UE não conseguem responder às necessidades básicas da sua população, e este problema deve ser resolvido. Há também necessidade de evitar a concorrência desleal entre Estados membros. Eliminar as desigualdades sociais ajudará a evitar convulsões sociais e a prevenir a fuga de cérebros dos países pobres para os países mais ricos. A Europa também precisa urgentemente de procurar resolver o problema do envelhecimento da população.

- 8 A UE deve facilitar um fluxo rápido de informações seguras, necessárias para a prevenção e detecção do crime nos Estados membros (p. ex. tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos e pedofilia). As actividades devem abranger um aumento do financiamento das novas tecnologias integradas, uma melhor utilização das mesmas, bem como uma maior cooperação entre agentes policiais nacionais.

296

O crime internacional é um problema crescente, e os criminosos estão a tirar partido da livre circulação no espaço europeu e das falhas na comunicação entre as diferentes forças policiais. É necessário uma colaboração mais estreita entre as autoridades, de forma a antecipar os próximos passos dos criminosos. Nenhum país consegue lidar com o problema sozinho.

- 9 A UE deve aumentar a transparência e a responsabilidade dos políticos e funcionários públicos. Para o efeito, poderia elaborar um código de conduta comunitário para funcionários públicos, requerendo a divulgação dos bens pessoais e o registo criminal dos funcionários das instituições europeias e nacionais, reduzindo a

294



imunidade jurídica dos decisores políticos e introduzindo uma legislação relativa às actividades dos grupos de interesse a nível nacional e europeu. Um Comissário de Ética ou um Provedor de Justiça Europeu para a Integridade poderia ser responsável por estas medidas.

Os cidadãos precisam de poder confiar nos seus oficiais eleitos e funcionários públicos. Não se trata apenas de cumprir com a lei – estes devem também comportar-se de forma aceitável – e os cidadãos têm o direito a saber mais sobre os seus políticos, funcionários públicos e o papel desempenhado por lobbyistas no processo de tomada de decisão. É importante fornecer esta informação de uma forma simples e acessível.

- 10** A UE deve regulamentar os mercados financeiros (actores e produtos), supervisionar fluxos financeiros de bancos comerciais activos na UE e assegurar a estabilidade destes fluxos. Deve controlar esta regulamentação através de um organismo central europeu de supervisão financeira ou conceder mais poder ao Banco Central Europeu para esse efeito. Deve criar termos e condições comuns a fim de garantir a segurança de poupanças privadas e a capacidade operacional de bancos comerciais.

278

Esta recomendação é importante porque há uma necessidade de combater as más práticas do tipo das que o levaram à actual crise económica e financeira. Esta crise é uma oportunidade para transformar o sistema e isto deve ser feito em toda a Europa, de forma a reduzir as diferenças entre as abordagens dos vários Estados membros. É sobretudo importante para evitar futuros ciclos de “boom” e colapso.

- 11** A UE deve investir mais na qualidade de todos os níveis de educação. É necessário estabelecer normas mínimas para uma educação de elevada qualidade, atractiva, financeiramente acessível e interessante, dando ênfase à diversidade e inovação na educação. Tais medidas poderiam incluir a redução da taxa de analfabetismo (em, pelo menos, 20% até 2020), a aprendizagem precoce de uma língua europeia, apoio ao jovens que abandonam a escola, melhoramento do equipamento técnico nas escolas e o intercâmbio de boas práticas entre os Estados membros da UE.

257

Melhor educação é vital para melhorar as vidas das pessoas. Padrões mínimos facilitam o exercício do direito de trabalhar ou estudar em qualquer país da UE, estabelecer um sistema nivelado é essencial para assegurar a igualdade de oportunidades e para evitar a exclusão social. Há uma necessidade de investir nos trabalhadores, a bem da economia. O futuro será decidido pelos estudantes de hoje.



- 12** A UE deve reforçar as políticas de protecção do consumidor, incluindo no âmbito do comércio electrónico. Essas políticas poderão incluir, por exemplo, medidas de controlo sistemático de produtos, como géneros alimentícios e fármacos, bem como das importações provenientes de países terceiros. A rotulagem deve ser rigorosa, de modo a facilitar a comparação entre produtos e matérias-primas. O processo de apresentação de reclamações e de sugestões deve ser mais rápido. Deve ser ainda criada uma agência central de controlo com competência para emitir sanções.

247

Salvaguardar a saúde dos cidadãos europeus e permitir que estes tomem decisões de consume informadas é essencial. Os consumidores são vulneráveis sem a protecção das autoridades nacionais e europeias e sem a fiscalização das empresas fraude. É particularmente importante que estas autoridades se mantenham a par do desenvolvimento tecnológico e que não se tornem obsoletas face ao comércio electrónico.

- 13** Tendo em vista a prevenção de doenças e a redução dos riscos para a saúde, a UE deve incentivar os Estados membro a dar maior ênfase à promoção da saúde. Devem ser destinados fundos para o exame obrigatório de toda a população, de acordo com o princípio de que "a prevenção é menos dispendiosa que o tratamento". A UE deve realizar campanhas globais de prevenção de doenças, em particular do VIH, da diabetes, da obesidade e de doenças cardiovasculares.

242

Os cidadãos europeus devem poder ter acesso a uma boa qualidade de vida enquanto for possível e à medida que envelhecem. Uma grande maioria da população partilha a visão de que a prevenção é preferível à cura. Há uma grande preocupação face aos riscos de que vírus atravessem fronteiras devido à maior mobilidade das pessoas. Esta recomendação ajudará a centrar a investigação na saúde e a possibilitar aos pacientes tomar decisões apropriadas em relação à sua própria saúde.

- 14** A UE deve aumentar a protecção social dos membros da sociedade vulneráveis em todas as fases da vida, tais como os idosos, os deficientes, as camadas mais desfavorecidas da sociedade, os sem-abrigo e os desempregados, bem como os prestadores de cuidados. Deve classificar a percentagem das despesas de cada país em relação ao PIB e impor metas aos Estados membros em matéria de luta contra a pobreza. Estas medidas deveriam merecer particular atenção em tempos de recessão económica.

233

Estas medidas são urgentes no momento em que os impactos da crise económica e financeira se fazem sentir particularmente sobre o emprego e em que é necessário prevenir as convulsões sociais. A solidariedade entre grupos sociais também é importante para assegurar o direito das pessoas a viver



dignamente. É necessário assegurar que aqueles que não conseguem custear alguns serviços sociais são ajudados. Precisamos de pensar num futuro melhor.

- 15** A fim de lidar mais eficazmente com a imigração ilegal, a UE deve assumir uma responsabilidade global estratégica e financeira pelo reforço dos controlos das fronteiras externas, incluindo o processamento mais rápido de processos e a normalização do tratamento de pessoas em trânsito. A UE deve tomar medidas para evitar que os países adjacentes às suas fronteiras externas sejam sobrecarregados por uma entrada de migrantes. Os Estados membros da UE devem garantir que os imigrantes ilegais não recebem ofertas de emprego na economia paralela.

226

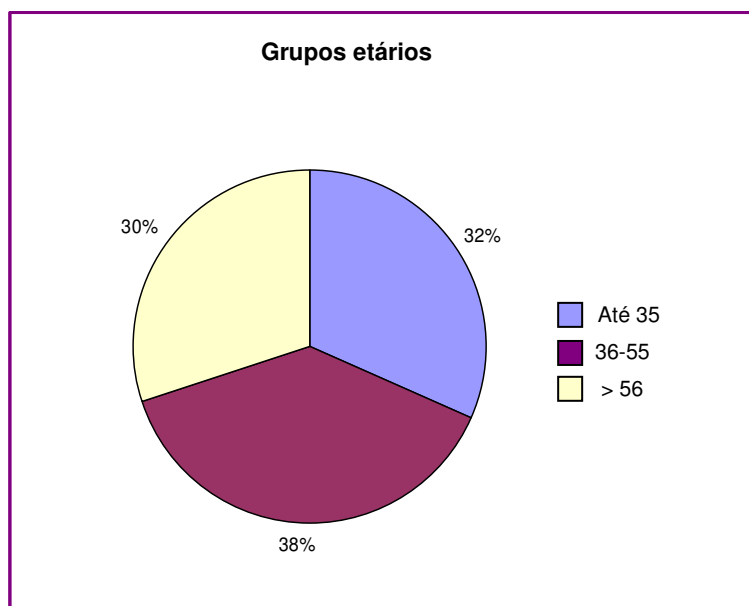
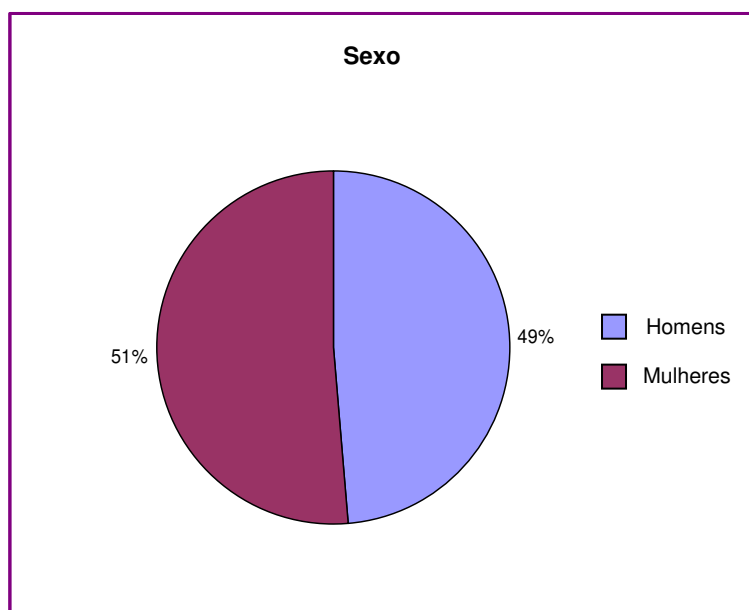
O fardo que os países mais afectados pela imigração ilegal carregam, especialmente os países de fronteira, deve ser partilhado, porque nem os países grandes nem os países pequenos podem lidar eficazmente com o problema. O tratamento dos imigrantes ilegais deve ser repensado, sobretudo para evitar o risco que estes sejam empurrados para ghettos ou sujeitos a ataques xenófobos. A economia informal também prejudique os salários e a empregabilidade na economia real. É necessário agir agora para evitar problemas mais sérios no futuro.



Sobre os participantes

Informação demográfica sobre os participantes

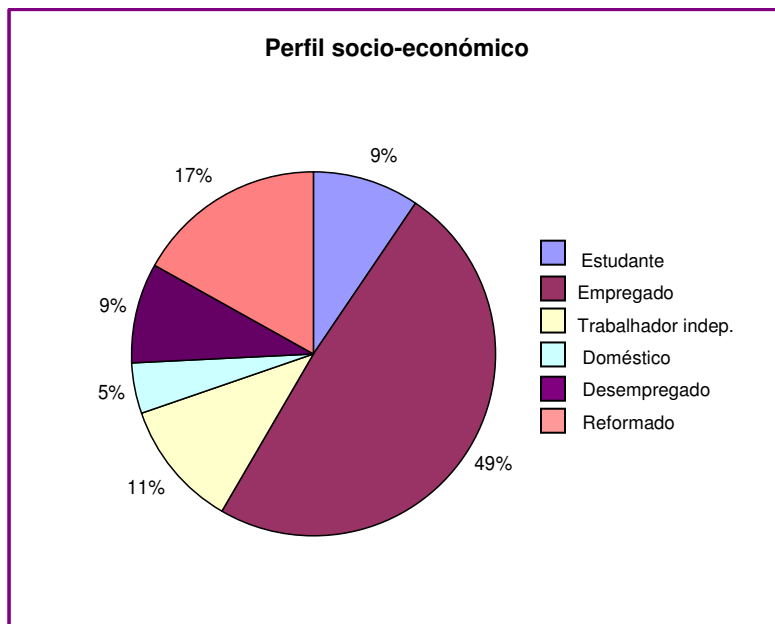
Um total de 1605 cidadãos foi envolvido nos processos das consultas nacionais. Os seguintes gráficos dão alguma informação detalhada sobre o contexto socio-demográfico dos cidadãos:





Consulta aos Cidadãos Europeus

O Futuro Económico e Social da Europa



País	Nº participantes
Alemanha	146
Áustria	43
Bélgica	49
Bulgária	50
Chipre	30
Dinamarca	44
Eslováquia	52
Eslovénia	30
Espanha	99
Estónia	25
Finlândia	70
França	100
Grécia	43
Holanda	44
Hungria	52
Irlanda	50
Itália	97
Letónia	33
Lituânia	36
Luxemburgo	31
Polónia	105
Portugal	50
Reino Unido	100
República Checa	52
Roménia	53
Suécia	91
Malta	30



Impressões da Consulta aos Cidadãos Europeus

Hans-Gert Pöttering, Presidente do Parlamento Europeu

"A menos de um mês das eleições europeias, este enorme exercício de consulta aos cidadãos em todos os 27 Estados membros contribui significativamente para informar o eleitorado sobre o importante papel que a UE desempenha nas suas vidas quotidianas. Mais de 100 Eurodeputados e candidatos a Eurodeputados foram envolvidos na discussão com os cidadãos das recomendações que estes produziram. Estou certo de que se tratou de uma comunicação bi-direccional com os cidadãos, que permite aos legisladores conhecer os assuntos que mais os preocupam e, aos parlamentares, tomar estas ideias em consideração e informar os cidadãos sobre o que o PE pode fazer por eles."

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia

"A Consulta aos Cidadãos Europeus proporcionou uma oportunidade única ao público para discutir as suas preocupações e ideias entre si e com os decisores políticos. Os cidadãos informam e enriquecem o debate sobre como moldar políticas eficazes para responder aos desafios que enfrentamos, acrescentando mais à informação que podemos obter através das sondagens de opinião."

Luana, 30, Roma, participante na Consulta em Itália:

"Esta é uma experiência em democracia vinda das pessoas, das bases. Espero que no futuro os cidadãos possam envolver-se na definição de políticas."

Michał Dowgielewicz, Secretário de Estado do Comité para a Integração Europeia:

"É muito importante que não discutamos a UE enquanto um corpo abstracto, mas como algo dirigido a vocês...Penso que estas consultas terão grande importância na definição das prioridades da UE para vocês e para os próximos anos."

Astrid Thors, Ministra da Migração e Assuntos Europeus, Finlândia:

"Foram feitos progressos comparativamente à CCE de 2007, tanto em estrutura como em conteúdo."

László Kovács, Comissário Europeu para a Fiscalidade e União Aduaneira:

"A UE não pode funcionar sem os seus cidadãos – e não importa o que os políticos decidam, se os cidadãos não estiverem satisfeitos. Se vamos dar a nossa opinião, então ninguém nos pode dizer que é uma imposição de Bruxelas."

Erhard, 60, Rietberg, participante na Consulta na Alemanha:

"Para mim, a questão mais importante é saber se as nossas recomendações podem fazer a diferença na UE e quão grande será a nossa influência enquanto cidadãos nas decisões políticas na Europa."

Caroline Flint, Ministra para a Europa, UK:

"Esta [consulta] faz parte de um exercício gigantesco sobre o que a UE deve...e não deve fazer. Esta é a vossa oportunidade...Demasiadas vezes existe a percepção de que a Europa nos retira coisas em vez de acrescentar."

Daphné, 36, Charleroi, participante na Consulta na Bélgica:

"Este encontro faz-me sentir uma verdadeira cidadã e permite-me fazer mais do que simplesmente ir votar"

Valdis Zatlers, Presidente da Letónia:

"Um fórum como o vosso prova que cada cidadão pensa em como melhorar [o nosso futuro] – não apenas as organizações não governamentais e os políticos, mas cada cidadão!"



Consulta aos Cidadãos Europeus

O Futuro Económico e Social da Europa

Androulla Vassiliou, Comissária Europeia para a Saúde:

"Este encontro proporciona uma oportunidade para os participantes expressarem as suas perspectivas sobre o que a UE pode oferecer-lhes e aquilo que pensam que lhe falta – porque queremos realmente abrir este diálogo aos cidadãos."

Beatriz, 28, participante na Consulta em Espanha:

"Não podemos pensar em melhorar a nossa qualidade de vida sem tomar em consideração os países que nos rodeiam."

Frank Heemskerck, Secretário de Estado para os Assuntos Económicos, Holanda:

"Discordo completamente daqueles que dizem que as questões políticas internacionais são demasiado complicadas para que os cidadãos as compreendam. Iniciativas como esta, consultas aos cidadãos, são extremamente úteis."

Maria Teresa Ribeiro, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Portugal:

"O governo português orgulha-se de ser associado a esta consulta aos cidadãos. Acreditamos que o futuro económico e social da Europa tem de ser construído por todos nós. [...] Esperamos poder ler as vossas deliberações e tomá-las em conta ao formular políticas futuras."

Dick Roche, Ministro de Estado para os Assuntos Europeus, Irlanda:

"Hoje não é dia de discursos políticos. Hoje é dia de audição política...Ouviremos com grande interesse – não apenas aquilo que disserem aqui este fim-de-semana, mas os resultados que saírem deste processo."

Dimitrios Sioufas, Presidente do Parlamento Grego:

"Este esforço demonstra que nos preocupamos com o percurso e o futuro comum da Europa. Esta consulta enviará uma mensagem aos Estados membros e à própria UE."

Aleksandra Gesheva, Sofia, participante na Consulta na Bulgária:

"É uma experiência extraordinária – Não o esperava! As pessoas falam livremente e em público, e não nas suas salas de estar. Eu vi fé, eu vi esperança."

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão Europeia:

"A minha convicção, talvez ingénua, mas forte, é de que esta Consulta aos Cidadãos Europeus ajudará a UE a tomar melhores decisões, mais ancoradas nos seus cidadãos."



O que acontece a estes resultados?

Na Cimeira aos Cidadãos Europeus, que teve lugar em Bruxelas de 10 a 11 de Maio de 2009, 150 cidadãos que participaram nas consultas nacionais nos seus países discutiram as recomendações europeias, bem como a sua viabilidade e relevância política. Este relatório foi então entregue e discutido com os representantes das Instituições Europeias e os líderes dos partidos políticos europeus::

Hans-Gert Pöttering, Presidente, Parlamento Europeu
José Manuel Barroso, Presidente, Comissão Europeia
Mario Sepi, Presidente, Conselho Económico e Social Europeu

Wilfried Martens, Presidente, Grupo do Partido Popular Europeu
Poul Nyrup Rasmussen, Presidente, Grupo Socialista no Parlamento Europeu
Annemie Neyts-Uyttebroeck, Presidente, Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Philippe Lamberts, Presidente, Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia

Margot Wallström, Vice-Presidente, Comissão Europeia
Olivier Chastel, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Bélgica

A Cimeira dos Cidadãos também marcou o início de um processo abrangente de follow-up, que incluirá debates em conferências regionais, desenhadas para comunicar activamente os resultados da consulta a decisores políticos (nacionais e europeus) e para disseminar os resultados a um público mais vasto e sociedade civil, após as eleições europeias e no momento em que uma nova Comissão Europeia inicia mandato. Este será um passo importante na consolidação da importância da participação dos cidadãos nos processos de decisão, aumentando assim o impacto da CCE 2009.



Consulta aos Cidadãos Europeus

O Futuro Económico e Social da Europa

Contactos

Para mais informação sobre a Consulta aos Cidadãos Europeus, por favour contacte o coordenador do projecto a nível europeu:

Stefan Schäfers

European Programme Advisor
King Baudouin Foundation
Rue Brederodestraat 21
B-1000 Brussels
Belgium

E-Mail: schaefers.s@kbs-frb.be

Media:

Maria Laura Franciosi
Tel: +32 475 244697
franciosi@brusselsreporter.eu

Ou o parceiro nacional

Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

Largo de S. Sebastião, nº8
1600 - 762 Lisboa
Telf: +351 210306700
Fax: +351 217593983
ieei@ieei.pt

Consórcio Europeu

King Baudouin Foundation

Coordenação e liderança do projecto; co-financiador

Movimento Europeu Internacional

Cimeira dos Cidadãos Europeus, Conferências regionais no outono de 2009

Centre d'information sur l'Europe and La Netscouade

website design e promoção online

European Policy Centre

Produção de informação e documentação especializada para os cidadãos, Cimeira dos Cidadãos Europeus

European Journalism Centre

Promoção junto dos media

European Citizen Action Service

Promoção junto da sociedade civil

Fondation pour les Générations Futures

Coordenação das actividades de investigação e avaliação

IFOK

Construção do processo e apoio

B&B Consultants

Coordenação do recrutamento de cidadãos



Consulta aos Cidadãos Europeus

O Futuro Económico e Social da Europa

Parceiros Nacionais

Austria: Centre for Social Innovation
Regina Brandstetter, brandstetter@zsi.at

Belgium: King Baudouin Foundation
Nele Verbruggen, verbruggen.n@kbs-frb.be

Bulgaria: Centre for Liberal Strategies
Yana Papazova, yana@cls-sofia.org

Cyprus: Index Research and Dialogue
Yiouli Taki, yiouli.index@cytanet.com.cy

Czech Republic: Partners Czech, o. p. s.
Karoline Kuncova,
Karolina.Kuncova@partnersczech.cz

Denmark: Danish Cultural Institute
Olaf Gerlach Hansen, ogh@dankultur.dk

Estonia: Open Estonia Foundation
Kadri Ollino, Consórcio Europeu kadri@oef.org.ee

Finland: Svenska Studiecentralen
Sebastian Gripenberg,
sebastian.gripenberg@ssc.fi

France: Civisme et démocratie
David Oger, oger@cidem.org

Germany: IFOK GmbH
Fiona Wollensack, fiona.wollensack@ifok.de

Greece: Institute of Statistical Research, Analysis
and Documentation
John Panaretos, opan@aueb.gr

Hungary: Partners Hungary Foundation
Janos Wagner, partners@partnershungary.hu

Ireland: National Forum on Europe
Grace O'Reagan, goreagan@forumoneurope.ie

Italy: Cittadinanzattiva
Melody Ross, m.ross@activecitizenship.net

Latvia: Centre for Public Policy PROVIDUS
Dace Akule, akule@providus.lv

Lithuania: Baltic Partners for Change Management
Gaila Muceniekas, gaila@partnersbaltic.lt

Luxembourg: Université de Luxembourg, Etudes
sociologiques et politiques
Raphaël Kies, raphael.kies@uni.lu

Malta: Malta Regional Development and Dialogue
Foundation, Brian Restall, info@mrddf.org

Netherlands: Radboud Universiteit Nijmegen
Monique Leyenaar, m.leyenaar@fm.ru.nl

Poland: Partners Polska
Maciej Tanski, maciej.tanski@partnerspolska.pl

Portugal: Instituto Estratégico de Estudos
Internacionais
Rita Pais, rp@ieei.pt

Romania: Romanian Academic Society
Suzana Dobre, suzana@sar.org.ro

Slovakia: Partners for Democratic Change Slovakia,
Samuel Abre, samuel@pdcs.sk

Slovenia: Centre of non-governmental organisations of
Slovenia

Alenka Blazinšek, cnvos@mail.ljudmila.org

Spain: Luis Vives Foundation
Alia Chahin Martín, a.chahin@fundacionluisvives.org

Sweden: University of Örebro
Erik Amna, erik.amna@sam.oru.se

United Kingdom: Involve
Edward Andersson, edward@involve.org.uk